



Universidade Eduardo Mondlane

Centro de Estudos Africanos

Projecto Troca 1983

(Marracuene)

**A INTEGRAÇÃO DOS ASSALARIADOS
COM BOA BASE NA AGRICULTURA
NUMA ECONOMIA SOCIALISTA PLANIFICADA**

Carlos Nuno Castel-Branco

Maputo, 25 de Dezembro de 1983

Neste ensaio vamos limitar-nos à Localidade de Bobole e vamos circunscrever-nos ao estudo da situação geral deste grupo, partindo de dois casos concretos.

Dada a existência da empresa estatal de Bobole e de várias outras unidades produtivas (privadas ou Cooperativas) há também uma relativa densidade de trabalhadores assalariados residindo e trabalhando na Localidade.

A relação entre o trabalho assalariado e a agricultura familiar (em que a agricultura familiar subsidia o salário na reprodução da força de trabalho e o salário financia a agricultura familiar) mantém-se e tem a sua base na estrutura sócio-económica herdada do capitalismo-colonial (e ainda não transformada), reflectindo-se tanto na organização do trabalho nas empresas estatais, como na organização e diferenciação da produção camponesa.

Por conseguinte, a análise da situação de trabalhadores assalariados que têm uma boa base na agricultura tem de centrar-se, sobretudo, na análise dessa base (precisamente por ela ser boa). Com “boa base na agricultura” não queremos dizer “com base segura”, mas com um bom rendimento na sua produção familiar mercantil.

Não possuímos a informação suficiente para fazer uma análise muito profunda sobre as condições de transformação deste grupo. Mas estudaremos dois casos concretos, com bases materiais diferentes, o que implicará conclusões diferentes sobre cada um.

O Adriano F. Pessane é trabalhador da empresa estatal de Bobole. Recebe um salário mensal de 2.100,00 MT (25.200,00 MT/ ano). Na empresa tem acesso a um abastecimento mínimo regular, para si e para a sua família.

Tem uma pequena machamba com 621m² (0,06 ha) onde trabalha com a sua família e mais um trabalhador assalariado permanente.

Nesta machamba produz essencialmente hortícolas para vender, pois dado que tem abastecimento regular, pode “libertar” a sua produção para o mercado. Com base em preços especulativos de venda dos hortícolas aos retalhistas (ver camponeses médicos de Bobole) consegue um rendimento anual de 41.800,00 MT.

Uma intervenção mais organizada e agressiva da empresa estatal no mercado (a partir da colocação controlada, planificada e a preços oficiais, dos seus produtos no mercado) vai eliminar a base do rendimento deste camponês-trabalhador. Se ele tiver acumulado um fundo de investimento suficiente, poderá então investir em outra actividade, deixando de

ser assalariado e evoluindo para o grupo de pequenos privado. Caso não, a sua posição como assalariado manter-se-à e será consolidada.

Pensar na integração de Adriano Pessane numa economia socialista planificada vai depender da sua capacidade de resposta ao controlo estatal do mercado e da capacidade do sector estatal para organizar e planificar o enquadramento e desenvolvimento socialista da sua força de trabalho.

O Gregório A. Suela é trabalhador numa cooperativa de consumo. Tem um salário de 2.930,00 mensais (35.160,00 MT7 ano) e recebe abastecimento regular através da cooperativa.

Tem duas machambas, com a área total de 8,5 ha. Produz horta, arroz e milho e venda a quase totalidade da produção, o que lhe rendeu, na Campanha 1982-83, 299.500,00 MT (nove vezes mais do que o seu salário).

Trabalha na machamba com a família e tem um trabalhador assalariado permanente. Para a presente Campanha agrícola pretende empregar mais um ou dois trabalhadores assalariados permanentes.

Aluga juntas de bois e tractores para o trabalho agrícola, a alguns pequenos privados e privados capitalistas da zona.

O Gregório está em fase de consolidação da sua produção e é por isso, certamente, que se mantém ligado à cooperativa como trabalhador (precisa do abastecimento, para poder vender a sua produção, e do salário, como mais um elemento no seu fundo de acumulação).

Em fase de expansão, o Gregório já tem a sua base essencial na sua produção agrária. A sua ligação com o trabalho assalariado é transitória e, a curto prazo, poderá abandoná-la. Ele á já, de facto, um pequeno privado.

A sua integração numa economia solicialista planificada vai depender: 1) Do controlo estatal do mercado; 2) Do desenvolvimento e consolidação do movimento cooperativo e do sector estatal na região.

Neste caso, a “integração” não significa “cooperativista” ou “trabalhador do sector estatal”. Representa a sua participação no mercado numa situação em que o conjunto da produção é dominada e planificada pelo poder socialista (estatal e/ou cooperativo).

Este ponto certamente será aprofundando pelo grupo que estudou os pequenos privados e os privados capitalistas.

